

[Pedofilia na internet: youtuber cria projeto que ensina a como proteger crianças e adolescentes contra perigos espalhados no mundo digital](#)

Desde 2017 a operação **“Luz na Infância”** desenvolvida pelo **Ministério da Justiça e Segurança Pública** em parceria das polícias civis brasileiras tem registrado um aumento no número de mandatos e prisões relacionados aos casos de **pedofilia na internet** caracterizados como crimes de pornografia infantil e de exploração sexual.

Realizada em fases, essa operação já conta com mais de 1.100 mandados de busca e apreensão dos suspeitos de praticar pedofilia na internet, sendo que cerca de 546 pessoas tiveram a sua prisão realizada como forma de combate a esse tipo de crime.

A operação se baseia nas informações obtidas na internet pela equipe do **Laboratório de Inteligência Cibernética da Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça** que visa identificar casos em que o suspeito armazena, compartilha e produz material de pornografia infantil, além de praticar o ato ao contatar e encontrar a vítima.

Esse tipo de operação demonstra a necessidade dos pais e responsáveis começaram a observar a maneira como os seus filhos usufruem da internet, pois existem casos em que a pedofilia na internet toma proporções muito além da tela do dispositivo, como por exemplo, o contato do pedófilo com a criança e adolescente na intenção de obter um material de cunho sexual e até mesmo cometer o crime de estupro de vulnerável.

Da pedofilia na internet ao crime de estupro de vulnerável

Existem diferenças entre os termos **pedofilia na internet, crime virtual e abuso sexual**, mas em muitos casos eles podem estar relacionados, principalmente ao considerar os crimes em que o pedófilo inicia a sua busca na internet por conteúdo sexual infantil e chega até a potencial vítima na intenção de conhecê-la e praticar o estupro. A palestra é parte do projeto de prevenção e conscientização dos pais, professores e jovens contra a Pedofilia na internet, afirma o youtuber, afirma o palestrante e [youtuber Wesley Alves](#) que tem realizado nas escolas públicas do sul de Minas Gerais projetos como o **Quebrando o Silêncio**.

Que visa desenvolver a prevenção contra a violência e o abuso entre os jovens e adolescentes. A palestra é parte do processo de prevenção e conscientização da responsabilidade dos pais e intendentos em proteger os jovens e adolescentes.

Na [palestra contra o abuso infantil](#) o objetivo é compartilhar informações que educam, ensinam e servem como prevenção aos atos que envolvem abuso infantojuvenil. Inclusive, elas podem ser desenvolvidas em escolas, praças públicas, hospitais e outros locais que permitem levar esse tipo de informação para mais pessoas em especial as crianças e jovens contra a pedofilia na internet.

Segundo os dados compartilhados pelo **DECA - Departamento Estadual da Criança** e do

Adolescente cerca de 84% dos pedófilos que acessam conteúdo sexual infantojuvenil podem praticar o estupro de vulnerável caso tenham essa oportunidade.

Geralmente o processo se inicia nas redes sociais cuja o potencial abusador entra em contato com a criança ou adolescente na intenção de obter fotos e vídeos com cunho sexual e após conquistar a sua confiança a convence de fazer um encontro presencial que conseqüentemente vai servir como ocasião ideal para cometer o estupro.

As ações que podem evitar a pedofilia infantil e o abuso sexual

Diante dos casos de pedofilia na internet que levam ao crime virtual e possivelmente ao estupro contra vulnerável às autoridades indicam a necessidade de os pais observarem de perto a maneira como as crianças e adolescentes usam a internet.

Ativar o controle parental, por exemplo, é uma medida importante que permite aos pais controlarem os conteúdos que os filhos acessam. Além disso, existe a possibilidade de verificar as configurações de privacidade de redes sociais para que as crianças e adolescentes não fiquem expostos a qualquer usuário da internet, apenas conhecidos.

Porém, a melhor opção para evitar esses casos é a conscientização. É importante que as crianças e adolescentes estejam cientes dos perigos que existem na internet e no mundo físico. E a participação em **palestras educativas** com esse tipo de temática é uma medida importante, pois além de conscientizar podem ajudar a criança ou adolescente a evitar esse tipo de violência. E procurar ajuda das autoridades por se manterem atentos às pessoas que se aproximam delas tanto na internet como no mundo físico.

As palestras de prevenção contra pedofilia na internet

Há 10 anos no mercado de [palestras motivacionais](#) o paulista **Wesley Alves** viaja todo o Brasil para compartilhar conhecimento, motivação e principalmente mudanças.

As suas palestras podem ter temáticas diferentes inclusive sobre depressão, crime virtual e abuso sexual que têm como objetivo conscientizar as crianças, adolescentes e os familiares a respeito das violências que acometem a sociedade em geral. Em 2018 foram mais de 184.524 casos de violência sexual contra jovens e adolescentes, e por esta razão não podemos permanecer indiferentes.

Mais informações sobre os projetos e ações contra a pedofilia na internet, acesse os sites:

- [Palestra para Professores](#)
- [Laboratório de Inteligência Cibernética do MJSP](#)
- [Polícia civil](#)
- [Quebrando o Silêncio](#)

A pedofilia na internet é um assunto sério que pode motivar outros crimes contra as crianças e adolescentes, nesse caso, quanto mais informação e conscientização forem divulgadas, menores as chances desses crimes continuarem acontecendo.

Por Karen Sarraf

Ela atende vítimas de estupro no IML, de bebês de dias a senhora de 80 anos

Em dez anos como médica legista do IML (Instituto Médico Legal) de São Paulo, aconteceu uma vez de Mariana da Silva Ferreira, 40, pensar em desistir. Foi depois de atender, em 2011, uma menina de três anos com a fralda encharcada de sangue. Ela tinha que fazer um laudo pericial para dizer se havia indícios de estupro. “A criança tinha lesões genitais tão graves que, quando vi a situação, meu mundo caiu. Fui para o banheiro chorar.” A menina havia sido violentada pelo vizinho de porta da família, uma pessoa a quem a mãe confiava a filha quando precisava sair de casa.

(Universa, 30/09/2019 - acesse no site de origem)

“Pensei comigo: ‘Chega, não volto mais’.” Fez uma carta de exoneração e apresentou à direção do IML. Estava prestes a deixar o cargo, mas uma pergunta insistia em ecoar na sua cabeça: “Por que tanta criança?”. Queria saber por que a maioria das vítimas que atendia tinham menos de 12 anos. Desistiu de desistir. Encontrar uma resposta se tornou sua obsessão.

Começou a tratar as pacientes “como pessoas, não como casos”, colocou adesivos da Turma da Mônica na sala de perícia e passou a distribuir balões, anéis de plástico, “como os de festa infantil”, e pirulitos aos pequenos. E fundou uma entidade para prevenção da violência sexual, a Pródigs, por meio da qual dá palestras e cursos de capacitação e divulga material informativo. Também criou, no primeiro semestre de 2019, um curso de mesmo tema na Academia de Polícia Civil de São Paulo — é a primeira vez que a instituição trata do assunto no treinamento dos policiais do estado.

Nesses dez anos, contabiliza 4.000 perícias de sexologia forense. A paciente mais jovem tinha sete dias de vida. Em uma mesma semana, chegou a atender um bebê de seis meses e uma senhora de 80 anos, ambas vítimas de estupro. “É um trabalho que me faz por em xeque a fé nas pessoas porque está na minha mão, para eu examinar, o resultado do pior que um ser humano pode fazer.”



“Apesar de haver muitos casos de estupro de menores, vejo mais abertura para discutir o assunto e menos tolerância das pessoas aos crimes”

No IML em que trabalha, situado no Hospital Pérola Byington, na capital paulista, trabalha 40 horas semanais, intercalando plantões. Atende muitas garotas violentadas sexualmente por pais e padrastos, lida com familiares negligentes e pericia mulheres arrasadas por violações de todo tipo. Afirma que a porcentagem de pacientes do sexo feminino segue os números das pesquisas sobre estupro: cerca de 70% a 80% dos casos.

“Como você consegue?”, é a pergunta que mais escuta. “É como diz o dependente químico: um dia de cada vez”, responde. E, ao lembrar que seu incômodo não chega aos pés da devastação que um estupro faz na vida de uma vítima, dá sentido ao seu trabalho: “Se entrou comigo, é a pessoa mais importante do mundo naquele momento. É a minha maneira de ajudá-las”.

Estupro de crianças: uma epidemia brasileira

O Brasil vive uma trágica epidemia de violência sexual contra menores. Segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019, uma menina de até 13 anos é estuprada a cada 15 minutos. Um estudo inédito do Instituto Sou da Paz que será divulgado nos próximos dias mostra que, enquanto estupro em geral caíram 2,5% no primeiro semestre de 2019 em relação ao mesmo período de 2018, os registros do crime contra vulneráveis (menores de 14) subiram 1%.

Apesar dos dados e de conviver diariamente com a realidade chocante que os números representam, Mariana consegue ter seu lado otimista. “Acho que estamos em um momento de transição: apesar de haver muitos casos, vejo mais abertura para discutir o assunto e menos tolerância das pessoas aos crimes”, diz. “O curso que dou na Academia de Polícia, por exemplo, não existiria há alguns anos. Não era um tema para o qual se dava atenção.”

Pela Pródigs, ela conta, já deu palestras em salão de prédio, escola, universidade e igreja. “Tem muita gente querendo aprender. Depois das aulas, sempre recebo mensagens e emails

dizendo: 'Conseguimos denunciar, o agressor foi preso'."

“Quando Damares assumiu, pensei que teria potencial em relação à prevenção”

Mariana tinha esperança de que, ao assumir o cargo, a ministra Damares Alves, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, pudesse apresentar propostas para resolver o problema. “Vi o depoimento dela contando que também foi abusada, é chocante. Pensei que, por já ter vivido isso, seu governo teria muito potencial em relação à prevenção.”

Mas o que observou foi não só a falta de políticas públicas voltadas ao tema, mas também um projeto que poderia piorar ainda mais a situação das vítimas. “Quando soube da notícia do ensino domiciliar, aquilo me arrepiou inteira. A maioria dos abusos acontece dentro de casa, todas as estatísticas provam isso. Então é deixar a criança à mercê do abusador.”

Pais estupram, mães são negligentes: quem mais denuncia é a escola

Pais, padrastos, tios, avôs e amigos da família são, na maioria das vezes, os autores da agressão. A mãe que vê isso vai direto denunciar, certo? Não, pelo contrário. Mariana explica que percebe resistência para o que o tema saia do seio familiar. “A família prefere esconder e resolver entre eles, é como se denunciar fosse trazer uma vergonha para todos. Escuto muito que não querem expor o cara nem destruir a família”, diz. “Aí pergunto: que família?”

Certa vez, conta, recebeu três garotas, entre 7 e 15 anos, encaminhadas para perícia durante investigação após uma denúncia anônima. Sobre a de 15, a mãe disse: “Ela já é grande, sabia o que estava fazendo”. Os abusos aconteciam há meses, e tanto mãe quanto avó sabiam que o pai estuprou as três filhas por dois anos.

partir da própria experiência, Mariana vê na escola a chave para combater a violência sexual infantil. “A criança passa tempo lá, os professores conhecem o comportamento dela e podem notar mudanças, veem um desenho, têm tempo para conversar”, diz. “Por isso, é tão importante falar de sexualidade infantil em sala de aula.”

Educação sexual é ensinar a criança a fazer sexo?

“Quando falamos de sexualidade infantil, logo associam com ensinar a criança a ter relações sexuais. Não tem nada a ver”, diz a médica. “Educação sexual é explicar que a região íntima é uma parte do corpo onde ninguém pode fazer carinho, um adulto não pode passar a mão nem colocar a boca e, se isso acontecer, precisa contar para a mamãe.”

Pós-graduada em sexualidade humana pela USP (Universidade de São Paulo), o que lhe dá o título de sexóloga, Mariana usa as táticas de conversa dentro de casa. “Esses dias um dos meus filhos veio me dizer que ‘brincaram’ com o ‘pipi’ dele na escola. Fiquei nervosa na hora. Aí ele falou que foi uma amiguinha da mesma idade. Graças a Deus! Percebi que o pedido de que ele me contasse se alguém tocasse nele estava dando certo.”

Mariana diz ainda que há, sim, um prazer em tocar os órgãos sexuais por parte dos pequenos. “Mas não é o prazer sexual. Costumo relacionar com colocar cotonete no ouvido: é uma sensação gostosa, que não tem a ver com sexo.”

“Laudo negativo não é prova de que não houve estupro”

A médica conta como fica aflita em casos em que o laudo pericial dá negativo, ou seja, quando não há nenhuma marca física que prove o crime. Em muitas investigações, não há preocupação em colher outras provas, e a perícia acaba sendo decisiva.

O problema, diz, é que estupradores de menores seguem um padrão: os primeiros abusos não costumam deixar lesões. “Começam com passadas de mão, sexo oral. No geral, eles não deixam lesões, pois sabem que serão pegos”, diz.

Para explicar melhor o problema, ela relembra um de seus casos. “Uma garota de 21 anos chegou aqui contando que era estuprada desde os seis pelo padrasto. Ainda criança, depois de uma denúncia anônima, passou por uma perícia, que deu negativa. O caso foi arquivado”, diz. “O padrasto pegou uma cópia do laudo e a garota dizia lembrar dele balançando o documento no rosto dela: ‘Viu? Deu negativo. Agora você vai virar a mulher da casa’. Foi quando começaram as penetrações.”

Aos 12, a garota fugiu de casa. E, aos 21, fez a denúncia porque ficou sabendo que o mesmo homem, agora, estava abusando das sobrinhas.

Estuprador de criança não é monstro nem doente

Mariana é taxativa: quem violenta uma criança não é um “monstro”, como se costuma falar. “São pessoas agradáveis, de quem todos gostam, e tem uma imagem positiva na comunidade”, diz.

Ela ainda explica que abusadores não são, necessariamente, pedófilos, como dita o senso comum. “Apenas 20% dos agressores têm diagnóstico da doença. Dizer que é um doente é fazê-lo se beneficiar legalmente”, afirma, referindo-se à possibilidade de pessoas com doenças mentais serem consideradas inimputáveis, ou seja, não poderem ser punidas criminalmente.

“Denuncie. Se não der em nada, denuncie de novo. E de novo”

Há algumas maneiras de denunciar um abuso infantil. Uma delas é o Disque 100. O número do governo federal é um canal que recebe denúncias anônimas e repassa a órgãos competentes, como conselhos tutelares e Ministério Público. Também é possível procurar diretamente o conselho tutelar local ou qualquer delegacia.

“Já escutei de vítimas adultas violentadas na infância: ‘Todo mundo sabia, e ninguém fez nada’. É triste demais”, diz Mariana. “Por isso, minha orientação é: denuncie. Tem gente que diz que não dá em nada, mas eu respondo: denuncie de novo e de novo. Não pare de denunciar. Quem se omite também comete um abuso.”

Por Camila Brandalise

O silêncio, por Leila Guerreiro

Segundo a OMS, uma em cada cinco meninas e um em cada treze meninos são vítimas de “abuso sexual”

(El País, 21/02/2018 - acesse no site de origem)

Talvez fosse melhor dizer a eles: “[Ninguém vai acreditar em você](#). A mãe não vai acreditar em você, a vovó não vai acreditar em você. Você vai se encolher quando ouvir ruídos do outro lado da porta do quarto, terá pavor das aulas de educação física e do confessionário, mas, para a mãe, para a vovó, para seus colegas, esse porco que entra em seu quarto ou se tranca com você depois da aula não é um porco e sim o papai adorador, o vovô adorador, o professor ou o pai querido por todos. Terá medo de contar à mãe porque, quando ela souber, vai expulsar o papai de casa (e a culpa será sua), e de contar à professora porque seu professor disse que esse é um segredo entre vocês dois (e que, se deixar de ser segredo, sua vida se transformará em um pesadelo ainda pior)”. Talvez fosse melhor dizer a eles: “Se acontecer, é isso que você tem que fazer”. Porque as armas que aplicamos até agora não parecem dar resultado. Segundo a [OMS](#), uma em cada cinco meninas e um em cada 13 meninos são vítimas de “abuso sexual” (traduzindo: um ser humano de seis anos é perfurado por um adulto que sabe o que está fazendo). Há dezenas de campanhas. Quase todas repletas de eufemismos anestésicos e dirigidas a adultos que, às vezes, são os que protegem quem molesta (na maioria dos casos, quem molesta é o pai, o avô, o padrasto). Leio em um relatório da [Unicef](#) uma lista de mitos refutados. Um deles é: “Crianças em idade pré-escolar não precisam receber informação sobre abuso sexual porque ficariam aterrorizadas”. Em seguida, o relatório tenta derrubar o argumento: “Os programas educativos ajudariam a desenvolver, desde pequenos, habilidades para se proteger de forma útil e eficaz contra os agressores”. Mas, como é aterrorizante falar disso com as crianças, aderimos ao carnaval do eufemismo vazio que tranquiliza consciências adultas e replica o silêncio - nada metafórico - com o qual os molestadores amordaçam suas vítimas.

Conselho de Psicologia diz que Globo “presta desserviço” com caso sobre abuso em novela

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) publicou nota em seu site, nesta segunda-feira (5), onde acusa a TV Globo de “prestar um desserviço à população brasileira” ao tratar com “simplismo” o sofrimento psíquico de personagem que sofreu de abuso sexual na infância. ([Leia o comunicado, na íntegra, aqui](#))

(UOL, 05/02/2018 - acesse no site de origem)

O CFP se refere à história da personagem Laura (Bella Piero), em “O Outro Lado do Paraíso”. A jovem ainda sofre com sequelas físicas e psicológicas dos abusos que sofreu do padrasto, Vinicius (Flávio Tolezani), na infância.

Na nota, o Conselho afirma que “é consenso no Brasil de que pessoas com sofrimento mental, emocional e existencial intenso devem procurar atendimento psicológico com profissionais da Psicologia, pois são os que têm a habilitação adequada.”

Leia mais: [Novela da Globo trata pedofilia com ação paga: merchan divide coaches e revolta psicólogos \(Tele Padi, 06/02/2018\)](#)

A emissora emitiu nota sobre o assunto: “As novelas são obras de ficção, sem compromisso algum com a realidade. A Globo reconhece a importância de todos os seus programas para discussões e reflexões sobre assuntos de interesse da sociedade e está atenta à responsabilidade que lhe é atribuída sobre todos os temas abordados. O que a novela ‘O Outro Lado do Paraíso’ quer mostrar com o desenvolvimento da trama da personagem Laura é o processo pelo qual passa uma pessoa que precisa de ajuda, recorrendo a diferentes e variadas formas de apoio e terapias, das mais às menos ortodoxas. É importante reiterar, ainda, a seriedade com que a novela ‘O Outro Lado do Paraíso’ tem abordado, desde a estreia, questões relacionadas a diferentes tipos de abuso e preconceito. Corroborando o compromisso da Globo com a sociedade, está prevista a exibição, ao final de alguns capítulos, de cartela de divulgação do Ligue 100, número oficial para denúncias de violação de direitos humanos”.

Abusos sexuais na Igreja são um estigma que persegue o papa em suas viagens

A intervenção do Vaticano na congregação laica peruana Sodalício de Vida Cristã e as denúncias de abuso sexual no Chile antecedem a chegada do papa Francisco aos dois países, onde vai encontrar uma Igreja manchada pela tolerância com os sacerdotes pedófilos.

(UOL, 14/01/2018 - acesse no site de origem)

A designação de um comissário apostólico no Sodalício procura silenciar as acusações que as vítimas fazem ao Vaticano. Elas questionam que ele continue protegendo o fundador dessa congregação, o laico Luis Fernando Figari.

Mas “a medida pode refletir um duplo discurso do Vaticano”, por não expulsar Figari, disse o jornalista investigativo peruano Pedro Salinas, coautor do livro “Mitad monjes, mitad soldados” (Metade monges, metade soldados), que revelou o escândalo do Sodalício em 2015.

No Chile, o ambiente tampouco será um mar de rosas para o pontífice argentino. Uma ONG destacou nesta semana que 80 religiosos estão envolvidos em casos de abuso sexual no país, de maioria católica, como o Peru.

‘Para quê pedir audiência?’

Francisco vai visitar o Chile de 15 a 18 de janeiro, para em seguida ir ao Peru, onde ficará até o dia 21. Em nenhum dos países prevê receber as vítimas de abusos, uma conduta que marcou suas visitas ao México, quando se recusou a se reunir com as vítimas do líder da congregação Os Legionários de Cristo, o sacerdote mexicano Marcial Maciel (morto em 2008).

“Para quê pedir uma audiência com o papa? As vítimas de Marcial Maciel pediram, e ele negou. O mesmo com as vítimas do (sacerdote chileno Fernando) Karadima. Sabemos de antemão que ele vai se negar.”

Pedro Salinas, coautor do livro que revelou o escândalo do Sodalício

Os ativistas preveem a publicação simultânea na sexta-feira, em Santiago e Lima, de uma carta aberta assinada por vítimas, advogados e laicos, a fim de lembrar o papa que tem uma dívida pendente com as vítimas.

Ao assumir o papado em março de 2013, Francisco anunciou uma política de tolerância zero, pedindo para tornar os casos públicos. Uma mudança em relação ao seu antecessor, Bento 16 (2005-2013), com quem a Igreja começou a deixar para trás o encobrimento que marcou João Paulo 2º (1978-2005).

Karadima, um caso emblemático

O escândalo parece maior no Chile, onde abarca sacerdotes, diáconos e até uma freira em uma lista de quase 80 religiosos acusados de abusar de menores desde o ano 2000, segundo uma base de dados da ONG americana Bishop Accountability.

“Publicamos antes da visita de Francisco, na esperança de que um de seus acompanhantes faça ele saber e tomar consciência de que os bispos e líderes religiosos do Chile minam sua promessa de tolerância zero”, diz Ann Barrett-Doyle, codiretora da ONG que desde 2003 publica os arquivos de abusadores da Igreja. Ann Barrett-Doyle, codiretora da ONG que publica arquivos de abusadores da Igreja

“O papa Francisco diz que chora pelas vítimas, o que queremos é que transforme essas lágrimas em ações.”

Ann Barrett-Doyle, codiretora da ONG que publica arquivos de abusadores da Igreja

Na base de dados estão casos emblemáticos como o de Karadima, denunciado em 2010 por várias vítimas. A Justiça chilena decidiu que o caso tinha prescrito, mas o Vaticano declarou o influente sacerdote culpável de abuso sexual e condenou-o a se aposentar “para uma vida de oração e penitência”.

“A Igreja Católica chilena reage exatamente igual ao resto do mundo” ante os abusos sexuais, disse José Andrés Murillo, um dos que denunciou Karadima e diretor da Fundação para a Confiança, que luta contra o abuso infantil no Chile.

Murillo percebe gestos contraditórios.

“Quando Francisco é escolhido papa dá sinais de senso comum (...). Mas ao mesmo tempo não muda os protocolos, não há ações concretas que vão conforme as palavras de tolerância zero.” Andrés Murillo, diretor de fundação que luta contra o abuso infantil no Chile

A cruz do Sodalício

O caso emblemático do Peru é o de Sodalitium Christianae Vitae, o nome original da congregação em latim, com o qual criada em 1971.

Seu fundador, Figari, de 70 anos, vive confinado em Roma sob proteção de um decreto vaticano que proíbe sua volta ao Peru, onde desde dezembro enfrenta um pedido de prisão preventiva da Procuradoria.

O Vaticano não o expulsou da organização por considerá-lo um “mediador com um carisma de origem divina”.

O Sodalício, reconhecido por João Paulo 2º em 1997 como uma sociedade de vida apostólica de direito pontífice, é comandado por laicos e dirige vários colégios católicos no Peru. Há mais de um ano, ele admitiu que pelo menos quatro de seus líderes laicos, entre eles Figari, cometeram abusos a 19 menores de idade e 10 maiores entre 1975 e 2002.

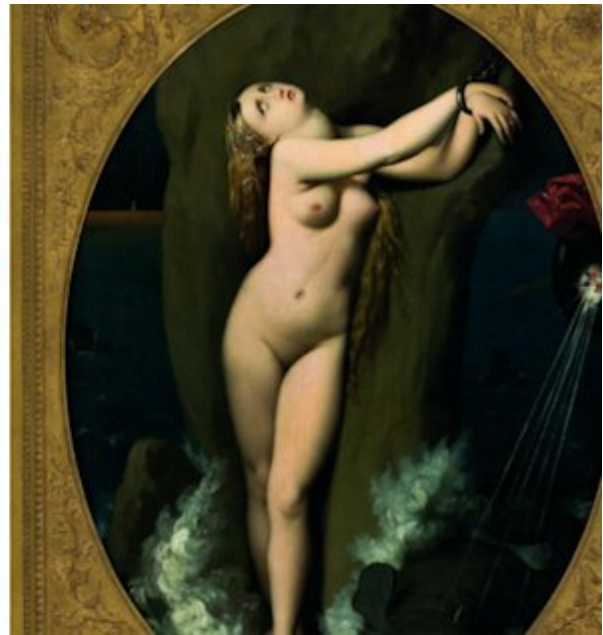
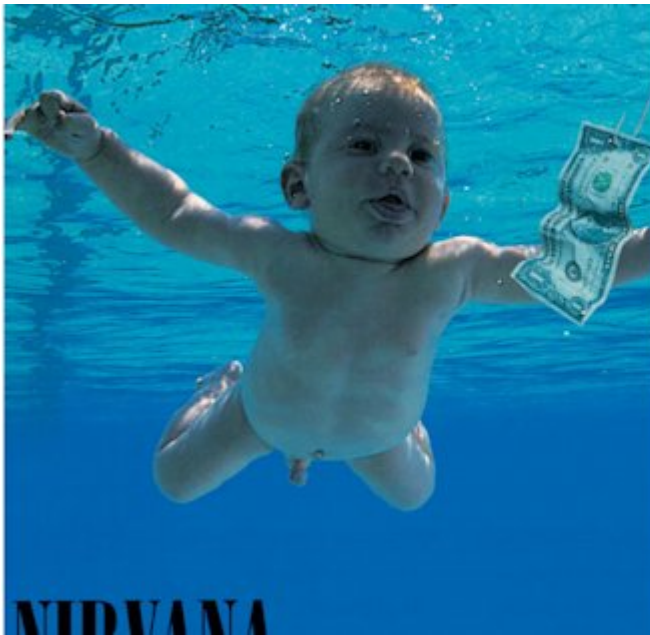
O Sodalício se expandiu para Colômbia, Chile, Argentina, Brasil, Estados Unidos, Costa Rica, Equador e Itália.

Além desta, há duas investigações judiciais contra sacerdotes por abusos de menores no Peru, e um cura espanhol está em prisão preventiva.

Ministério Público usa capa de disco do Nirvana para explicar o que é pedofilia

O Masp seguiu a nota técnica do Ministério Público Federal para recuar e liberar a exposição ‘Histórias da Sexualidade’ para menores de 18 anos.

(HuffPost, 07/11/2017 - [acesse aqui](#))



MONTAGEM/DIVULGAÇÃO

Capa do disco do Nirvana, usada pelo MPF para explicar o que é imagem com teor lascivo, e uma pintura de Jean-Auguste-Dominique Ingres que está na exposição em cartaz no Masp.

A [nota técnica](#) do Ministério Público Federal que o Museu de Arte de São Paulo (Masp) seguiu para liberar a visitação de menores de 18 anos (desde que autorizados pelos pais) na exposição *Histórias da Sexualidade* usa imagens, como a capa do disco *Nevermind*, da banda grunge Nirvana, e faz uma espécie de perguntas e respostas para explicar o que é pedofilia, o que é classificação indicativa e o que é crime contra criança e adolescente.

Aberta no último dia 20, a exposição marca a primeira vez em 70 anos em que houve censura no Masp.

Ao detalhar os crimes de natureza sexual contra menores de 18 anos, o órgão deixa claro que o suposto crime que a exposição é acusada por críticos, a pedofilia, nem existe no ordenamento jurídico brasileiro. O conceito é usado no campo da medicina e integra o conjunto de transtornos de personalidade e comportamento adulto.

“É importante enfatizar que o direito penal brasileiro, assim como a maioria dos sistemas penais do ocidente, NÃO criminaliza nem sanciona a pedofilia, concebida como transtorno mental, mas sim a violência sexual (lato sensu) contra crianças e adolescentes, em suas múltiplas formas”, diz a nota.

O MPF, então, explica que crimes envolvendo o abuso sexual de crianças têm como “elemento subjetivo específico a finalidade de satisfação da lascívia própria ou alheia, mediante o abuso de uma criança ou adolescente, envolvida de alguma forma na cena sexual”.

Neste contexto, a imagem da criança pelada exposta na capa do disco do Nirvana é usada para exemplificar que nem toda nudez tem caráter “lascivo”. “Não há que se falar, neste caso, em crime, justamente porque está ausente o elemento subjetivo específico consistente no fim lascivo da cena”, diz a nota.



Não há que se falar, neste caso, em crime, justamente porque está ausente o elemento subjetivo específico consistente no fim lascivo da cena.

Capa do disco do Nirvana é usada para explicar quando uma imagem tem caráter lascivo e quando ela não tem.

A partir desse argumento, o MPF responde algumas questões que têm causado polêmica nos últimos dias:

1. Desenho ou pintura retratando cena de sexo com criança constitui crime?

“O art. 241-E do ECA, já mencionado, define como cena de sexo explícito ou pornográfica ‘qualquer situação que envolva criança ou adolescente em atividades sexuais explícitas, reais ou simuladas, ou exibição dos órgãos genitais de uma criança ou adolescente para fins primordialmente sexuais’.

Por outro lado, desenhos e outras representações gráficas não realistas, por mais ofensivas que sejam (caso, por exemplo, da pornografia dos subgêneros de mangá/hentai japonês shotacon e lolicon) NÃO constituem ilícito penal em nosso ordenamento jurídico.”

2. A nudez de um adulto, perante audiência composta por menores de 18 anos, constitui crime?

“A mera nudez de um adulto, ainda que perante audiência composta por menores de dezoito anos, NÃO constitui crime. Tais crimes (elencados no ECA e no Código Penal) têm como elemento subjetivo específico a finalidade de satisfação da lascívia própria ou alheia, mediante o abuso de uma criança ou adolescente, envolvida de alguma forma na cena sexual. Ocorre que nem toda nudez possui caráter sexual ou finalidade lasciva.”

3. É vedado o acesso de crianças e adolescentes a obras ou performances artísticas nas quais haja nudez ou representação de corpos nus?

“A Constituição brasileira NÃO PROÍBE o acesso acompanhado de menores de dezoito anos a espetáculos ou diversões de nenhum tipo, mesmo aqueles com conteúdo erótico ou pornográfico.”

4. Retratar uma cena fictícia de abuso sexual de uma criança não é apologia ao crime?

“Depende. Como já referido no item 2.3., a obra de arte deve ser analisada em um contexto. A retratação de uma cena de abuso pode significar justamente uma denúncia do artista contra tal situação, e não uma aprovação. De qualquer modo, nem a Constituição, nem a legislação infraconstitucional proíbem expressões artísticas literárias ou visuais de caráter obsceno, desde que estas não envolvam a participação de nenhuma criança ou adolescente real, em cena de sexo explícito ou pornográfica.”

E a proteção às crianças?

Quanto a responsabilidade em relação ao que uma criança é exposta, o órgão enfatiza que cabe aos pais. E cita a regra usada para filmes e programas de televisão.

“A classificação etária, seja a efetuada pelo Poder Público, seja aquela feita pelo próprio responsável pelo espetáculo ou diversão, é INDICATIVA, isto é, deve possuir “natureza pedagógica e informativa capaz de garantir à pessoa e à família conhecimento prévio para escolher diversões e espetáculos públicos adequados à formação de seus filhos, tutelados ou curatelados”

Com isso, o MPF destaca que:

A Constituição brasileira NÃO PROÍBE o acesso acompanhado de menores de dezoito anos a espetáculos ou diversões de nenhum tipo, mesmo aqueles com conteúdo erótico ou pornográfico.



MONTAGEM/DIVULGAÇÃO

Do lado esquerda, obra de Pietro Perugino. Ao lado direito, trabalho de Ayrson Heráclito.

A exposição

Em exposição no Masp até 14 de fevereiro, *Histórias da Sexualidade* reúne mais de 300 obras em nove núcleos temáticos: Corpos Nus, Totemismos, Religiosidades, Performatividades de Gênero, Jogos Sexuais, Mercados Sexuais, Linguagens e Voyeurismos, Políticas do Corpo e Ativismos.

[Em entrevista ao HuffPost Brasil](#), a historiadora e curadora da mostra Lilia Schwarcz lamentou os protestos sobre arte e sexualidade que o País enfrenta.

“Como se pode notar, essa exposição, como forma de ativismo, nunca foi tão necessária. Mas *Histórias da Sexualidade* é também necessária por causa da educação sexual que propõe. Ela traz a utopia de um Brasil mais diverso, inclusivo e sem censura às diferentes formas e performances de gênero”, disse na entrevista publicada no último dia 19.

Quando anunciou o veto aos menores de 18 anos, o Masp afirmou que buscou orientação jurídica que “confirmou a autotaxação, houve a análise das obras integrantes da exposição *Histórias da Sexualidade*, à luz dos critérios contidos no Guia Prático de Classificação Indicativa do Ministério da Justiça, tendo-se concluído que tal exposição deveria ser classificada como não permitida para menores de 18 anos”.

Nesta terça, o Masp informou que “revisou a classificação etária de 18 anos para a exposição *Histórias da Sexualidade*, que deixa de ser restritiva e passa a ser indicativa. Desse modo, menores de 18 anos poderão visitar a exposição desde que acompanhados por seus pais ou responsáveis”.

Por Grasielle Castro, editora no HuffPost Brasil

[Millie Bobby Brown é a vítima da vez da sexualização de meninas, por Nana Soares](#)

A sociedade que adora proteger as crianças não hesitou em sexualizar a adolescente

[\(Emais, 02/11/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Você já deve ter visto o rosto de Millie Bobby Brown por aí. A atriz britânica foi revelada no papel de “Eleven” na série *Stranger Things*, um sucesso estrondoso de público. Atualmente com 13 anos, desde que foi alçada à fama a atriz já realiza diversos ensaios de moda.

Em outubro dois fatos chamaram a atenção ao redor da atriz: na premiere da segunda temporada da série, [Millie apareceu com um visual mais adulto](#), com roupa de couro, salto, muita maquiagem e cabelos alisados – em um forte contraste com sua aparição de um ano antes, bem mais infantil e adequada para sua idade. Nesse contexto, foi regatada a edição de agosto da revista *W*, que incluiu a estrela de “*Stranger Things*” em sua lista de celebridades que justificam “porque a TV está mais sexy do que nunca”, mesmo que Millie Bobby Brown só tenha 13 anos de idade.

Essa sequência de eventos abriu os olhos de muita gente para a “adultização” e erotização pela qual passa a atriz há algum tempo. Mas embora seja a vítima da vez, ela não é a primeira e nem a última a passar por isso. Antes de Millie Bobby Brown, atrizes como Emma Watson e, no Brasil a cantora Sandy já estiveram debaixo dos mesmos holofotes que as forçavam para a vida adulta e para o olhar masculino. Todas elas constavam em listas de mulheres mais sexys muito antes de chegar à maioridade.

Para alguns, isso é um sinal de que as meninas amadurecem mais rápido. Eu discordo, vejo muito mais como um sinal de que a violência contra a mulher, onde se inclui a objetificação, começa perigosamente cedo. Elas são desde a mais tenra idade tratadas como musas e ícones. São pessoas cuja “beleza que salta aos olhos” é repetidamente explorada em ensaios sensuais, perguntas indiscretas e invasão de privacidade.

A respeito de como essa cultura se manifesta no Brasil, há um dado assustador: o [levantamento de um site pornográfico](#) constatou que “novinha” e “adolescente” estão entre as palavras mais buscadas pelos nossos usuários. Não é coincidência nenhuma em um país que tem um número recorde de adolescentes grávidas, [de meninas casadas antes dos 18 anos](#), que perpetua ditados populares sobre meninas aptas para o sexo, normaliza relações familiares como sexuais (exemplo: o imaginário sobrinha/tio) e que põe adolescentes na lista de mais sexys em votação de revista masculina.

A campanha #MeuPrimeiroAssedio, que tomou as redes sociais em 2015 com relatos sobre abusos e assédio sexual na infância, teve a assustadora média de [9,7 anos como a idade em que as meninas sentiram-se objetificadas pela primeira vez](#).

Não há ótica que torne isso aceitável. Menores de idade, sejam meninas ou meninos, são protegidos pela legislação e deveriam ser tratados como tal. Mas o que acontece é que aos meninos a inocência é permitida por muito mais tempo (e isso é inclusive usado como justificativa para seus assédios) enquanto elas há já estão sendo vistas como mulheres, independente de sua vontade. Estão sendo violentadas e reviolentadas com o discurso de que provocam, de que elas é que não se comportam como deveriam em sua faixa etária.

A culpa obviamente não é das garotas sexualizadas precocemente, mas sim de toda uma cultura que alimenta e permite que elas sejam assim vistas – o que fica muito nítido no caso das celebridades. Por isso nunca é demais repetir:

Millie Bobby Brown ainda é uma criança.

As “meninas de hoje em dia” NÃO provocam o olhar masculino (comentário muito frequente dos leitores do blog)

As “meninas de hoje em dia” NÃO estão saidinhas ou pedindo qualquer tipo de assédio/violência.

As “meninas de hoje em dia” estão sim imersas em uma cultura que lhes dá pouco poder de escolha mas pede muita coisa em troca.

As “meninas de hoje em dia” são, acima de tudo, meninas. Chega de tratá-las de outra maneira.

Nana Soares é jornalista e focada em direitos da mulher. Quando não está escrevendo, faz consultoria para pessoas e empresas que querem fazer do mundo um lugar mais igualitário. É

co-autora da campanha contra abuso sexual do Metrô de São Paulo e quer mostrar que feminismo não é palavrão.

“Enquanto confessávamos os pecados em seu ouvido ele nos tocava”

Escândalos de pedofilia disparam na Argentina, na terra do Papa Francisco

(El País, 09/02/2017 - acesse no site de origem)

Julieta Añazco começou a se lembrar quando nasceu seu neto e sentiu um medo súbito que não podia explicar. “Começaram a vir imagens que eu tinha esquecido e não conseguia evitá-las”, diz Añazco, a poucos metros da catedral da cidade argentina de La Plata. Ainda não tinha 10 anos quando o padre Héctor Ricardo Jiménez a tocou pela primeira vez, durante um acampamento de verão. “Cometia os abusos no momento da confissão. Pedia que fizessemos uma longa fila e passávamos um a um por uma barraca. Enquanto confessávamos os pecados em seu ouvido, colados a seu corpo, ele nos tocava. E então dizia que o que acontecia lá não podia ser contado, porque era segredo de confissão, e, se o fizessemos, iríamos para o inferno, porque era um pecado. E lhe obedecíamos”, relata.



Julieta Añazco, sobrevivente de abuso sexual eclesiástico em sua infância, na catedral de La Plata (Foto: Martín Di Maggio)

À noite, afirma que o padre entrava nu na barraca na qual dormia com quatro ou cinco meninas e tocava suas partes íntimas. Também aparecia durante o banho e lhes ensaboava. “Éramos meninas e adolescentes, não sabíamos bem o que estava acontecendo. Ficávamos paralisadas”, diz. A impossibilidade de enfrentar o molestador e o temor de contar o que alguém considerado como “o mais próximo de Deus” fazia com elas se repetem nos depoimentos de muitas vítimas de padres pedófilos que permaneceram em silêncio por décadas. A Argentina, país do papa Francisco, tem sido abalada nos últimos meses por vários escândalos envolvendo padres, e um número cada vez maior de pessoas tem recorrido aos tribunais em busca de justiça.

O caso mais proeminente nas mãos da Justiça argentina é o que investiga supostos abusos cometidos contra crianças surdas em escolas das cidades argentinas de La Plata e Mendoza. Nicolás Corradi, de 82 anos, e Horacio Corbacho, de 56, são acusados de “abuso sexual agravado com relações sexuais e sexo oral” contra pelo menos 20 crianças com deficiência auditiva entre 10 e 12 anos no Instituto Próvolo, em Mendoza. Os alunos eram forçados a fazer sexo oral na presença dos padres. Alguns foram estuprados e espancados, segundo relatos. O inferno denunciado foi vivido antes por outros alunos na cidade italiana de Verona, onde Corradi foi acusado de abuso sexual na década de sessenta. Em vez de ser expulso da Igreja Católica, seus superiores determinaram sua transferência para a Argentina. Os abusos e espancamentos se repetiram neste país, pela primeira vez em La Plata e depois, em Mendoza. Ambas as arquidioceses negam ter sido informadas sobre seus antecedentes em Verona, o que teria evitado novas humilhações. As vítimas e seus advogados questionam a informação.

“Tolerância zero”

Diante de uma denúncia, os bispos devem afastar o padre, iniciar uma investigação e encaminhá-la ao Vaticano. As diretrizes eclesiásticas também estabelecem que a Igreja fique ao lado das vítimas e as acompanhe, mesmo que decidam recorrer à Justiça penal. “Há algum tempo a Igreja não apenas tem trabalhado nos casos descobertos de abuso sexual de menores, mas também na formação de sacerdotes. A Igreja tem um olhar não só para ver o que aconteceu, mas também para evitar que aconteça, para fazer o impossível de modo que esses casos não se repitam”, dizem fontes sacerdotais de Buenos Aires. No Vaticano, o papa Francisco exigiu “tolerância zero” contra os padres pedófilos e pediu à hierarquia eclesiástica que tome as medidas necessárias contra esses crimes.

Em seu país, há denúncias que, em muitos casos, isso não acontece. “As mudanças promovidas por Bergoglio são vernizes, são gestos *pour la galerie*, para salvar a imagem da instituição”, critica o advogado Carlos Lombardi, da Rede de Sobreviventes de Abuso Eclesiástico. “O superior de Corradi na Itália era o bispo [Giuseppe] Carraro, que agora está em processo de beatificação pelo Papa”, denuncia. Também chama a atenção para o padre Julio César Grassi, que não foi expulso da Igreja apesar de ter sido condenado a 15 anos de prisão por abuso sexual agravado contra um menor. Añazco critica o sigilo com o qual a Igreja realiza a investigação interna sobre sua denúncia e a indiferença do Papa em relação à carta enviada a ele por várias vítimas.

Lombardi representa demandantes contra padres pedófilos há sete anos. Seu primeiro caso foi

o de Iván González, de Mendoza, que começou a ser molestado aos 19 anos pelo então diácono Jorge Luis Morello, responsável por sua formação no seminário. “Começou com carícias no pescoço, dizia que seu pescoço doía. E foi avançando pouco a pouco, até que um dia exagerou no toque e congelei”, lembra González, quase duas décadas depois. Afirma que o abuso durou quatro anos, nos quais o diácono o obrigou a permanecer em silêncio sob a ameaça de que, se alguém soubesse, não poderia entrar no seminário.

Omar tinha 17 anos e era, em suas próprias palavras, um jovem “introvertido, calado e de poucos amigos”. Conta que as humilhações começaram durante um acampamento, quando dividiu a barraca com um padre que havia sido a primeira pessoa à qual teve coragem de confessar que seu pai abusou dele. “Começou com carícias, toques e, em seguida, materializou o abuso. Eu me sentia mal o tempo todo, paralisado, angustiado. Acordava e tinha uma angústia que não passava com nada. Morava com meus avós naquela época e não podia contar à família”, descreve.

Cumplicidade civil

Omar decidiu ir a um psicólogo, mas este lhe recomendou não denunciar o padre para evitar o desgaste e a exposição que enfrentaria. Aceitou o conselho, e o crime prescreveu. O mesmo ocorreu com González. No entanto, depois González decidiu processar a Arquidiocese de Mendoza por danos morais diante das reiteradas recusas para informar-lhe sobre a ação movida contra Morello. O Tribunal Superior de Justiça da província lhe deu razão em 2015 e determinou uma indenização de 3.750 dólares (cerca de 11.700 reais) na época da sentença, em 2014.

González afirma que, em algum momento, todas as vítimas pensam em se suicidar e, por isso, se consideram sobreviventes. Ele acredita que, pouco a pouco, a sociedade argentina começa a entender que não estão mentindo, embora, na época do ocorrido, não tenham oferecido resistência ou feito uma denúncia. “Tem a ver com o poder do agressor sobre a vítima, te paralisa”, explica.

A mudança social também é percebida no número cada vez maior de crianças que se atrevem a verbalizar o sofrimento, sem esperar o tempo passar. Uma delas foi Renzo, filho de 11 anos de Silvia Muñoz, morador da pequena cidade Entre Ríos. Há alguns meses, Renzo sentou na cama e lhe disse que precisava falar sobre o padre da cidade, o colombiano Juan Diego Escobar. “O padre me leva para uma sala, me tranca e me toca. Toca meu saco, o pinto, por cima da cueca”, disse à mãe. Ela congelou e saiu correndo para chorar desconsoladamente. Depois, decidiu denunciar o padre. A decisão de recorrer à justiça foi criticada inicialmente pelos vizinhos, mas as críticas diminuíram quando houve outra queixa. “Quero que seja preso, porque, caso contrário, continuará fazendo o mesmo em outros lugares”, diz Muñoz. Em poucos meses, começará o julgamento contra o padre Juan José Illarraz, acusado de abusar de cerca de 50 seminaristas de 10 a 14 anos, entre 1984 e 1992, na cidade de Paraná. “Esta é a ponta do iceberg. À medida que as vítimas percam o medo, saberemos da existência de outros casos”, diz Lombardi.

Mar Centernera

Entidades negras repudiam racismo em ônibus de São Paulo

Entidades, ativistas e parceiros do movimento negro repudiam a veiculação de propaganda contra a pedofilia, nos ônibus que circulam na cidade de São Paulo. Sob a responsabilidade da CET, SPTrans e Prefeitura Municipal, a peça publicitária mostra um homem negro agarrando uma garotinha branca, ajudando a cristalizar a criminalização da população negra.

(Jornalista Livres, 12/12/2016 - acesse no site de origem)

Jornalistas Livres entraram em contato com a SPTrans e receberam a seguinte resposta: “Esclarecemos que a escolha das tonalidades das ilustrações tem como única finalidade contrastar a figura infantil com a figura adulta. Não houve nenhum outro direcionamento. Independentemente desse aspecto técnico, informamos que esta edição do Jornal do ônibus foi retirada.”

Infelizmente, a explicação dada pela SPTrans foi muito ruim. O racismo, sabidamente, expressa-se exatamente na escolha da tonalidade clara para identificar atributos de bondade, pureza e caráter. A tonalidade escura, em oposição, é escolhida pelos racistas como atributo do mal. É aí mesmo que se manifesta o racismo.

A Prefeitura deveria pedir desculpas. Seria mais digno de seu histórico de defesa dos Direitos Humanos. A própria SPTrans já deu exemplos de atuação contra o racismo e pela inclusão cidadã de todos. Fez isso, por exemplo, com a confecção do Bilhete Único com estampa alusiva à Consciência Negra, lançado em 2014. Ou com o Bilhete único de combate à Violência Contra a Mulher, 2015. Também quando foi pioneira no reconhecimento do uso de nome social no Bilhete Único.



Pedofilia é crime. Racismo também é! (Foto: Reprodução)

Abaixo, a íntegra da nota de repúdio assinada pelas entidades negras

Entidades, ativistas e parceiros do movimento negro, vimos a público repudiar a veiculação de propaganda institucional do transporte público na cidade de São Paulo, de responsabilidade

da CET, SPTrans e Prefeitura Municipal.

Trata-se do periódico “Jornal do Ônibus”, precisamente a peça publicitária de número 1.016 de 6 a 19 de dezembro de 2016. Aparentemente é uma campanha inofensiva e legítima, de combate à pedofilia. Não há qualquer dúvida de que esta é uma campanha muito importante e necessária, o problema não é esse. O problema, aí sim, é a forma como a questão é apresentada: um homem negro agarrando uma garotinha branca.

No Brasil, a criminalização da população negra não é algo recente. Primeiramente, é importante lembrar que o povo negro jamais foi inserido no projeto de país chamado Brasil. Idéias como as de Lombroso, que diziam que nós negras e negros, pelo nosso fenótipo, somos “naturalmente inclinados ao crime”, reafirmando todo um processo de exclusão, perseguição, intolerância, na estrutura de super-exploração que sempre foi a tônica das relações sociais de raças no território tupiniquim, inclusive existiu mesmo uma tentativa de embranquecimento da população, um processo de eugenia para “limpar o Brasil”. As leis que criminalizavam nossas tradições, que proibiam nossa circulação nos espaços públicos, como a “lei da vadiagem”, tudo isso é para dizer que já naquela época, antes da famosa e duvidosa “abolição”, dizer “negro” e dizer “bandido” era basicamente a mesma coisa.

O tempo passou, mas ainda somos estes “suspeitos naturais”, potencialmente “perigosos”, o Estado brasileiro ainda não nos inseriu plenamente no conceito de cidadania, ainda hoje a perseguição de nossas tradições, principalmente religiosas, é um fato concreto. Nós que fomos empurradas(os) pela história a ocupar as periferias, territórios militarizados, dependemos do serviço público, somos sub-representados politicamente, não dirigimos as grandes empresas, somos minoria no Judiciário, quase não estamos nas universidades públicas, somos a maioria da população brasileira e pagamos mais impostos que os ricos.

Já basta de criminalização!

Ainda hoje estamos morrendo e sendo encarceradas(os), é essa a solução de um Estado que é palco de um genocídio em curso.

Essa publicidade racista da prefeitura de São Paulo, está em todos os ônibus e terminais da capital e alcançará milhões de pessoas, reforçando uma ideia de criminalização, que em nosso país tem uma história própria, a violência sexual, iniciada enquanto projeto de Estado pelos primeiros colonizadores europeus, e principalmente a violência contra crianças deve ser combatida com rigor, é fato hoje nas sociedades modernas, que o lugar mais perigoso para crianças, mulheres, idosos, é dentro do próprio lar, violência doméstica que dificulta o combate, existente em todas as camadas sociais, independente de cor, credo ou conta bancária.

Portanto, não justifica a escolha deliberada de usar imagem de um homem negro agarrando uma garotinha branca.

Exigimos que a propaganda seja retirada, e além da retratação, consideramos fundamental uma ação compensatória de combate ao racismo e à discriminação dentro dos ônibus e terminais, afinal de contas, da mesma forma que os efeitos da escravidão negra no Brasil são irreparáveis, o efeito de uma propaganda como essa pode ser mortal, basta lembrarmos do jovem negro que foi linchado na rua amarrado num poste, “confundido com um bandido”.

Não aceitamos um Estado cúmplice!

Assinam esta nota:

Círculo Palmarino, corrente nacional do movimento negro.

Rede Antirracista Quilombação.
UNEGRO.
Coletivo Sócio-cultural Simbiose Urbana.
Espaço Cultural Carlos Marighella.
Brigadas Populares.
Coletivo Kilombagem.
Núcleo de Consciência Negra da USP.
Coletivo de Entidades Negras - CEN.
Agentes de Pastoral Negros do Brasil.
Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e favelas (MLB).
Coletivo Opá Negra.
Insurgência.
Lsr.
Coletivo Rosa Zumbi.
Sônia Regina Nozabielli.
Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida - departamento de Política Puc-SP.
Givanildo M. da Silva-Giva.
Luiz Henrique Pereira da Silva.
José Henrique - Militante Anti-Racista.

Nota SPTrans

SPTrans esclarecemos que a escolha das tonalidades das ilustrações tem como única finalidade contrastar a figura infantil com a figura adulta. Não houve nenhum outro direcionamento. Independentemente desse aspecto técnico, informamos que esta edição do Jornal do ônibus está sendo retirada.

Reafirmamos o compromisso da SPTrans de atuar contra qualquer tipo de preconceito. Há inúmeras iniciativas nessa direção, como a confecção do Bilhete Único com estampa alusiva à Consciência Negra, lançado em 2014. O Bilhete único de combate à Violência Contra a Mulher, 2015. Postagens celebrando a diversidade de gênero, entre elas a parada LGBT, e o pioneirismo no reconhecimento do uso de nome social no Bilhete Único.

Justiça aceita denúncia e ex-BBB Laércio será processado por estupro

(UOL, 12/07/2016) A Justiça do Paraná aceitou a denúncia contra o ex-BBB Laércio de Moura, que está preso desde maio. Dessa forma, ele passa a ser réu em um processo pelos crimes de estupro de vulnerável, fornecimento e tráfico de drogas.

De acordo com a assessoria de imprensa do Ministério Público do Paraná, a denúncia foi aceita pela Justiça no dia 13 de junho, cerca de uma semana após o órgão oferecer a denúncia. O processo está em segredo de Justiça. No que se refere aos crimes de estupro, o ex-BBB foi denunciado por dois estupros em uma mesma vítima e uma tentativa de estupro de uma segunda vítima.

Ao UOL, o advogado de Laércio, Ronaldo Manoel Santiago, afirmou que ainda não há previsão de data para a primeira audiência do caso. Segundo ele, Laércio está tranquilo: “Ele tem certeza da inocência dele, só está chateado por permanecer preso”.

Laércio foi preso em Curitiba, no dia 16 de maio, sob suspeita de ter cometido estupro de vulnerável e de oferecer bebida alcoólica a menores. A prisão foi fruto de uma ação do Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes (Nucria). Laércio foi preso em seu apartamento, no bairro do Batel, e não resistiu.

Em depoimento, o designer de tatuagens negou as acusações.

Vítima

A partir de depoimentos de testemunhas, a delegada titular do Nucria, Daniela Andrade, chegou a uma vítima de Laércio. A adolescente se relacionou com o ex-BBB em 2012, quando ela tinha apenas 13 anos e ele, 49.

A menor, que hoje tem 17 anos, confirmou o relacionamento, contou que Laércio fornecia bebidas alcoólicas para ela e cedeu prints de conversas dos dois. A família da jovem não sabia do envolvimento.

Acusação de pedofilia no “BBB”

Desde que Laércio foi anunciado como participante do “BBB16”, surgiram nas redes sociais várias denúncias de que ele se envolvia em sexo com meninas menores de idade e oferecia álcool a elas.

Dentro do programa, a participação do designer de tatuagens foi polêmica. Ana Paula brigou com ele e o acusou de ser pedófilo, por ele ter feito gestos obscenos direcionados às mulheres da casa e por ter encarado fixamente Munik, de 19 anos, enquanto ela dançava em uma das festas. O brother também disse no reality que gosta de “novinhas” e admitiu ter vivido um “triângulo amoroso” com meninas de 19 e 17 anos.

Mesmo depois de ter sido aconselhada a se desculpar com o brother, Ana Paula reiterou sua opinião e disse que, para ela, quem mantém relações sexuais com menores de idade é pedófilo. A jornalista e o designer se enfrentaram no paredão e ele acabou eliminado, com 54% dos votos.

Após deixar o confinamento, o curitibano chegou a declarar que cogitava processar a mineira por conta da acusação, mas parece que não levou a ideia adiante. Um dia depois de o “BBB16” chegar ao fim, Ana Paula disse que ainda “estava esperando” o processo do colega.

Seu perfil no Facebook também causou controvérsia. Em um post, que circulou na internet, o curitibano se definia como “efebófilo”, uma pessoa que sente atração sexual por adolescentes. O perfil acabou desativado enquanto ele ainda estava no programa.

Acesse no site de origem: [Justiça aceita denúncia e ex-BBB Laércio será processado por estupro \(UOL, 12/07/2016\)](#)